

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PELO COORDENADOR PEDAGÓGICO: A MEDIAÇÃO DE LEITURA EM AULA PARA ALUNO EM REFORÇO ESCOLAR

Ciro Carlos Antunes

Mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa – PUC/SP

RESUMO

O artigo apresenta como o desenvolvimento de atitudes e práticas favorecem a constituição de leitores assíduos a partir de procedimentos didáticos criativos, seduzindo os estudantes às diferentes possibilidades de leitura e de criação de textos, a partir de concepções sobre aula de reforço e a relação coordenador-pedagógico. Trata do incentivo à leitura de obras que permitam aos estudantes encontros com diferentes gêneros literários e de escrita, especialmente no que se refere ao ler para apreciar, fluir, conhecer e criar. Conclui que a aula de reforço aplicada pelo coordenador-pedagógico com atividade em sala de aula, numa perspectiva mediadora, contribuiu para a autonomia do aluno para pesquisas e estudos escolares.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Aula de reforço. Mediação. Leitura. Professor coordenador-pedagógico.

O presente trabalho se justifica por que as aulas de reforço acontecem periodicamente para mediação da leitura, preencher lacunas no aprendizado, revisar conteúdos teóricos, desenvolver e reorganizarem os tópicos vistos em sala de aula e não apreendidos pelo aluno (FREIRE, 2005). Nesse aspecto, pretendemos especificar algumas concepções sobre aula de reforço e a relação coordenador-pedagógico, mediadas por meio da leitura, seguindo o que aponta Kramer (2010).

Durante as aulas, o professor-coordenador aplica tarefas e exercícios de mediação de leitura ao trabalhar substância de senso crítico, organização, interpretação, coesão, coerência e raciocínio lógico dos alunos (CAGLIARI, 2009). O coordenador-pedagógico tem o propósito de solucionar dúvidas pontuais dos discentes, revisar conteúdos e resolver exercícios de fixação, de modo a preparar o aprendiz para a apreensão de eixos temáticos: lexicais, gramaticais, pragmáticos e lógicos. (KRAMER, 2010)

As aulas acontecem de modo “personalizado”, em que é identificada a dificuldade do aluno e feito um trabalho para que ele obtenha a compreensão da matéria, que saiba entender o tema com segurança, melhore seu desempenho escolar e social a partir da mediação da leitura contextualizada. (ANTUNES, 2003)

Dessa maneira, o coordenador-pedagógico tem o papel de mediar a leitura, interferir nas limitações do saber e na produção de texto do aluno, acompanhando nas dificuldades

encontradas por este no processo de mediação de escrita. Nesse ponto, é importante evidenciarmos que a aprendizagem parte da vontade do aluno ao ser sensibilizado com o apoio do coordenador-pedagógico como figura experiente, qualificada e treinada para preencher as lacunas deixadas ao longo da carreira acadêmica, as quais dificultam a compreensão das matérias atuais; reforçar a base dos conhecimentos, para que novos assuntos sejam facilmente assimilados. (PETIT, 2008)

Com o desenvolvimento da autoestima, o aluno desenvolve-se no processo de aprendizagem, partindo de um acompanhamento processual, conceitual e atitudinal, indicado nos casos em que há algumas dificuldades de estudo e não podem ser resolvidas de forma imediata. Com a mediação, esses problemas são tratados com mais atenção e cuidado, tornando, dessa forma, o resultado mais eficaz e o estudo mais prazeroso pela discursivização promovida entre coordenador professor recuperador e entre alunos e alunos.

Hoje em dia, não é difícil defender que a leitura é obrigatoriedade na escola e na vida social do discente. A significação do conceito de leitura é parecida com outros conceitos como o de cidadania e ética, por exemplo, o significante de leitura é visto como um valor absoluto positivo, não contestável a toda prova no consenso universal de educação.

Colomer e Camps (2008, p. 47) indicam que, normalmente, “a leitura de um adulto tem uma finalidade concreta que pode ser tão variada como o desejo de distrair-se, a busca de uma informação, à vontade como o desejo de distrair-se, a busca de uma informação, a vontade de adquirir conhecimentos, etc.”. O propósito da leitura é determinado pela intenção do leitor ao fazer sua escolha do livro para ser lido. Ele lê para uma finalidade específica de reter uma informação, adquirir mais conhecimento ou apenas um lazer.

A leitura possibilita meios de perceber, diagnosticar os problemas concretos que envolvem o aluno em defasagem, bem como identificar quais apreenderão por meio da curiosidade e dos cinco sentidos: audição, olfato, paladar, tato e visão. (MATURANA, 2002)

Constatamos que existem várias pesquisas sobre leitura, oralidade, e o processo de escrita do aluno em sala de aula indica um acúmulo de um valor social de leitura que contrasta frequentemente com a falta de unidade e continuidade das ações em favor da valorização do ato de ler por um arcabouço descontínuo, multifacetado em sala de aula, em que a criança é alfabetizada e depois estagnada na temporalidade escolar por não produzirem textos com finalidades específicas.

Outro fator importante em sala de aula é o tempo. Este, por sua vez, tem a função de cronometrar o currículo para o ensino de leitura e de produção textual. É um pilar

fundamental para aprender em uma unidade possível de intervenção, seja na temporalidade da aplicação curricular, ou maturidade intelectual da criança. Como colocam Colomer e Camps (2008, pp. 71-2),

por um lado, embora a leitura de textos literários tenha um peso muito importante na área de língua nos primeiros níveis de escolaridade, o ensino literário sofre uma certa descontinuidade entre uma primeira etapa na qual se utiliza esses textos para a aprendizagem linguísticas, e uma segunda etapa, a partir do ensino médio, no qual tradicionalmente se iniciava a contextualização cultural e histórica. (COLOMER e CAMPS, 2008, pp. 71-2)

Em seguida, ler e escrever são atividades de ensino de linguagem que ocorrem a todo o momento na vida social do sujeito. Com isso, na mediação de leitura, o coordenador pedagógico precisa ser um bom leitor e possibilitar meios indagativos ao aluno, aguçando sua curiosidade pela compreensão da tipologia ou gênero textual trabalhado naquele contexto de sala de aula.

O aluno precisa adentrar na história escrita ao ler ou ouvir para que desperte a curiosidade. Contar sagas coletivas, conhecer o histórico dos personagens, o foco narrativo é importante para a compreensão da narrativa. Nesse sentido, é preciso identificar o conhecimento perifrástico. Por fim, o modo de leitura e seus objetivos são sempre específicos, sendo que

o mediador não pode dar mais do que tem, ele pode transmitir somente o que produziu mesmo em contextos difíceis, não somos impotentes, que dispomos de uma margem de manobra. Mas devo acrescentar que em certos contextos é preocupante a estreiteza dessa margem (PETIT, 2008, pp. 185-6).

Se o professor perguntar aos alunos qual livro eles leram, provavelmente um ou dois responderão timidamente por pensarem que ler é ser dedicar demais ao processo de aprendizagem. Mas se a pergunta for diferente, por exemplo: o que eles viram ou fizeram de interessante na rua, ou em casa; provavelmente, todos se prontificarão a responder, pois esse tipo de leitura é feita pelos sentidos, um fazer assim como um jogo, um filme ou uma novela ao assistir a eles.

Sabemos que “o texto não é produto da aplicação de regras e nem mesmo das regularidades genéricas. É produto de elaboração própria que nos encontra outros textos

apenas modelos ou indicações” (GERALDI, 2010, p. 115). Assim, a mediação da leitura deve ser pessoal para atender ao aluno, deve ser *a priori* o processo de mediação.

Sendo assim, deve começar a mediação com exemplos, em seguida com estímulo ao ato de ler pelos conhecimentos perifrásticos e à prática da escrita, apresentar e reafirmar a posição de sua experiência no social em algumas propostas de ação de estar apto a resolver qualquer problema na sociedade.

Mediar leitura em sala de aula ou na biblioteca significa fluir a substância em matéria de leitura até o leitor, para eficientemente formar e preservá-los leitores. Apresenta uma “intermediação do objeto lido com o leitor é cada vez mais repensado: se, da postura professoral lendo ‘para’ e/ou ‘pelo’ educando, ele passar a ler ‘com’, certamente ocorrerá o intercâmbio das leituras, favorecendo a ambos, trazendo novos elementos para um e outro”. (MARTINS, 1983, p.33)

Nessa perspectiva, distanciar a concepção de leitura como experiência puramente sensorial põe-se na concepção da leitura e da escrita como práticas sociais que lemos e escrevemos para fins específicos. Ou seja, as leituras suscitam implicações pedagógicas em relação ao ato de ler; podemos, inclusive, apontar uma série de implicações pedagógicas decorrentes dos princípios que acabamos de explicitar em que o professor poderá e deverá promover uma leitura de textos autênticos; uma leitura interativa; uma leitura em duas vias; uma leitura motivada; uma leitura do todo; uma leitura crítica; uma leitura da reconstrução do texto; uma leitura diversificada; uma leitura também por pura “curtição”; uma leitura apoiada no texto; uma leitura não só das palavras expressas no texto; e uma leitura nunca desvinculada do sentido. (ANTUNES, 2003)

No entanto, o ato de ler ou leitura estabelece-se na relação estreita entre o leitor e o objeto de leitura pelo conceito de necessidade. Conversar sobre um texto lido com outras pessoas para compreender o que não havia lido, entendido ou compreendido, numa leitura solitária sobre a exposição de livros em seus ambientes, como livrarias, bibliotecas, sebos e banca de revistas é sempre dar um olhar do trabalho reflexivo aberto à aprendizagem.

Também, valorizar o clima de opinião é trabalhar com o primeiro princípio de contextualização e ao mesmo tempo fazer com que um leitor proficiente mobilize muitos saberes ao ler. Esses saberes devem ser de ensino na escola durante a mediação de leitura pelo coordenador pedagógico durante a mediação. (ANTUNES, 2012)

Os procedimentos adotados de leituras podem ser variáveis: em dupla, individual, coletiva e feita pelo professor com a finalidade de explicar o conteúdo com intervenções e uso

constante de sinônimos, antônimos de determinadas palavras. Nesse sentido, uma leitura sem intenção de compreensão para alfabetizar parte de um estudo seletivo e de organização de conteúdo planejado por parte do professor-coordenador e, diante disso, a orientação de informações específicas e colaborativas ocorre a partir do trabalho em equipe e da socialização de conhecimento. O mediador deve estar atento as suas limitações.

Outro aspecto importante refere-se à necessidade de leitura desde a infância, quando a criança está na fase de argumentatividade dos porquês. A leitura e a escrita são práticas eminentemente culturais, construídas nas tramas das redes sociais. Segundo Antunes (2003, p. 66), “a leitura é parte da interação verbal escrita, enquanto implica a participação cooperativa do leitor na interpretação do sentido e das intenções pretendidas pelo autor”. (ANTUNES, 2003; ANTUNES, 2012)

Sabemos que a necessidade de leitura e de escrita se constitui no bojo social, quando a leitura de mundo se transforma em um bem cultural imaterial valorizado pelo grupo social. Portanto, o ato de ler não se dá por si mesmo, haja vista a leitura ser um consumo cultural e historicamente variável. Nesse aspecto, Antunes (2003, p. 54) afirma que “a escrita compreende etapas distintas e integradas de realização (planejamento, operação e revisão), as quais, por sua vez, implicam da parte de quem escreve uma série de decisões”.

Para a mesma autora, a escrita terá autoria dos próprios alunos; uma escrita de textos sociocomunicativos; uma escrita de textos socialmente relevantes; uma escrita funcionalmente diversificada; uma escrita de textos que têm leitores; uma escrita contextualizada; uma escrita metodologicamente ajustada, outra escrita orientada para a coerência global; uma escrita adequada também em sua forma de se apresentar como tal; pois a escrita tem de dizer por si só e pelo autor. (ANTUNES, 2003)

A partir disso é que corroboramos a noção de centralidade do mediador na construção do valor simbólico desse produtor leitor. Sem a figura do mediador, os livros constituem patrimônio cultural inerte à vida e não apropriado ao saber, o que ocorre em várias bibliotecas escolares e nas casas das pessoas civis.

O mediador faz-se necessário para atuar com sua experiência na relação entre leitor e o objeto cultural na reorganização e sistematização do conhecimento sobre o suporte **livro**. É relevante a construção de um saber sobre o livro que tem valor de uso e valor social, para além da escola e que faça uma relação de necessidade, ou curiosidade de leitura semelhante a sentir-lhe a falta de conhecer o resultado do campeonato de futebol, o final de um filme ou os acontecimentos do último capítulo de uma novela, por exemplo.

Com isso, a mediação em contraturno nas práticas de incentivo à leitura é como um processo de produção de leitores, de transformações de cidadãos em cidadãos leitores e escritores, isto é, o papel do coordenador-pedagógico deve ser o de formador de leitores ao invés de ser o mediador que opera como intermediário ou tradutor junto a pessoas que têm dificuldades de leitura.

Nesse ponto, a leitura mediada com suportes específicos gesta em estudos de livros, jornais, revistas ou por outro conteúdo escrito determinativo que faz dialogar entre si em um suporte suscetível de ideias, tem parâmetros para convencer, como nas aulas de reforço, ao se fazer, no início da aula seguinte, uma retomada e uma contextualização do trabalho anterior com a aula atual, como eixo condutor para o aluno perceber o elo que se faz entre o texto e sua vida social, em suas finalidades específicas de vivências.

Na concepção de Geraldi (2010, p. 110), uma analogia que explicita o papel que acreditamos deva ser desempenhada pelo mediador de leitura é a de que “as múltiplas faces do leitor, portanto, se distribuem passando pelas condições sociais, pelos saberes e conhecimentos com que opera e pela competência linguístico-discursiva”. Na visão de Colomer e Camps (2008, p.31), “(...) o leitor é considerado como um sujeito ativo que utiliza conhecimentos de tipo muito variado para obter informação do escrito e que reconstrói o significado do texto ao interpretá-lo de acordo com seus próprios esquemas conceituais e a partir de seu conhecimento do mundo”.

Ainda, para as autoras, ao partir desse pressuposto, ler implicará localizar muitas informações explícitas e implícitas sendo, para isso, necessário saber qual repertório linguístico existe no sujeito. Cabe ao mediador atribuir ao aluno, fazendo-o se sentir seguro com o material didático utilizado. Assim como o jogo, o processo de ensino deve passar pela mediação do professor constantemente usando uma metodologia padrão e depois passar pelas particularidades dos alunos. Para Antunes (2003, p. 67),

a atividade da leitura completa a atividade da produção escrita. É, por isso, uma atividade de interação entre sujeitos e supõe muito mais que a simples decodificação dos sinais gráficos. O leitor, como um dos sujeitos da interação, atua participativamente, buscando recuperar, buscando interpretar e compreender o conteúdo e as intenções pretendidas pelo autor. (ANTUNES, 2003, p. 67)

No processo ou na proposta de mediação, é necessário construir a ideologia em uma composição comum de reconhecimento da diversidade pluricultural, atribuir a si mesmo a virtude da tolerância e da paciência. Mas, aguçada a curiosidade do aluno, trata-se de obrigá-

lo a convergir à verdade social, que prevaleça pela força da persuasão. Coloca-se em xeque, aqui, a questão de compreender que a leitura pode transformar-se num ato de produção de belas artes, de criação e que é tanto mais rica e abrangente quanto mais se torna inédita.

Numa escola de pequeno a grande porte, por exemplo, é preciso ter-se clareza que só é possível conquistar realmente aquilo que se pode compartilhar e, por essa razão, qualquer ação ou programa em favor da leitura só terá assegurada a sua continuidade se conjugar, em uma unidade coletiva, as forças e as aspirações de todos os que trabalham pela mesma causa em equipe cooperativista, tendo o aluno como cerne da aprendizagem. A confirmação desse objetivo em ações concretas na autonomia escolar permite ao gestor atribuir à escola uma admiração e um respeito pela sociedade e pelo ensino de qualidade ali prestado.

O coordenador pedagógico, então, estabelece um plano geral de linhas de ação, consolidado por uma concepção teórico-prática unificada acerca dos objetivos do programa para atender ao compromisso de trabalhar pelo incentivo à leitura, ampliando a visibilidade de suas ações voltadas à disseminação dos bens culturais e à difusão da prática de leitura.

Sob o ponto de vista de políticas públicas de incentivo à leitura, o fato de o governo federal distribuir centenas de milhares de exemplares adquiridos todos os anos para as bibliotecas escolares públicas, para que alunos e professores façam suas minibibliotecas, pode significar apenas uma inútil e trabalhosa dissipação de recurso se não forem pensadas em outras ações que se voltem especificamente a esse problema: a formação do leitor aluno e professor.

Em contrapartida, acreditamos que um leitor se faz no cotidiano tanto na vivência de histórias pessoais e sociais quanto pela sua inserção no processo cultural. Assim, também, a formação de recursos humanos efetiva-se num trabalho gradual e sistemático, para que se tornem promotores de leitura. Nesse sentido, reconhecemos a carência do processo de formação continuada dos promotores de leitura que atuam nessas instituições, sejam eles professores, auxiliares ou regentes de bibliotecas, bibliotecários ou animadores culturais. São formadores que precisam de atualização para dominar um público leitor jovem, pois não têm a formação para mediação da leitura.

Sabemos que o acesso ao material escrito em geral não é homogêneo entre as diferentes classes sociais, haja vista que a integração do sujeito à sociedade está entre a cultura oral e a cultura escrita. Adicionando a esse perfil a sistemática desvalorização da profissão de professor, responsável pela formação acadêmica do sujeito, temos como resultado a realidade atual de uma maioria daqueles que buscam os cursos de formação de

professores, apresentando pouca familiaridade com a cultura escrita e, se não passarem por atualizações, oficinas e seminários, não estarão aptos a atuar nesse processo de mediação de leitura.

Nesse sentido, cabe ao Estado a responsabilidade da criação de condições materiais e simbólicas para a construção desse professor-leitor sujeito de mediação. Fica a cargo do sistema educacional a criação de condições adequadas nos meios de socialização e o planejamento de ações no ambiente escolar ou nas bibliotecas públicas que promovam condições que favoreçam a formação de leitores, a fim de que seu trabalho pedagógico seja útil e, de fato, possa dar suporte aos alunos que dele dependem para suprir sua defasagem escolar na leitura e na escrita.

Colomer e Camps (2008, p. 33) explicitam que o coordenador pedagógico precisa ser emotivo e perceptivo para a “captação de determinados estímulos mediante os sentidos [...] e em estreita relação com as intenções do sujeito que seleciona automaticamente os estímulos que lhe interessa perceber”. Ao fazer os planos de ação, o coordenador pedagógico precisa deixar clara a ementa e, por essa razão, os planos são pensados segundo as necessidades e as exigências da profissão docente.

Quando este estudo ocorrer em um espaço fora da sala de aula, como a biblioteca, é preciso apresentar aos alunos os catálogos, o modo de funcionamento e a organização dos livros, formas de encontrar os livros nos catálogos e também nas estantes, ter um ambiente motivador, aconchegante e estimulante ao ensino da leitura. Paralelamente, devem ser ministradas oficinas de leitura e escrita.

O coordenador pedagógico escolar pode despertar em outros profissionais o interesse pela promoção da leitura e, assim, levar a leitura a outros espaços sociais tendo como objetivo a valorização do sujeito enquanto pessoa, agente de si e da sociedade. Uma valorização que depende da conscientização dos cidadãos acerca de seus direitos e de sua condição política que envolva a aquisição de conhecimento, o domínio dos meios necessários a esta apreensão da cognidade, dos quais a leitura será a principal fonte importante para esse fator social.

Assim, o coordenador precisa saber que

o leitor realiza uma interpretação determinada da mensagem que se ajusta mais ou menos à intenção do escritor. Saber que condições influem no grau de compreensão da leitura é de grande interesse para o planejamento educativo dessas aprendizagens, já que a capacidade de entender um texto e a possibilidade de ensinar a fazê-lo passarem a ser considerados os aspectos-chave da leitura e de seu ensino, (COLOMER e CAMPS, 2008, p. 47).

Além disso, apresentar ao aluno seu conhecimento e onde poderá aprender se seguir um padrão de leitura e escrita. Dessa maneira, ler para reter uma informação, para aprender e para reestruturar conhecimentos, e ler para formar uma ideia geral, conceituar, definir determinadas palavras e expressões, para saber do que trata um livro, um texto literário, que indagações ele suscita no leitor e se aplica em sociedade.

O currículo, por isso, é a ferramenta básica de compreensão de uma informação sobre a leitura, sendo que o conceito de leitura deve ser aumentado, para que as informações e os conhecimentos socialmente gerados sejam registrados em outros suportes que, sem substituir, se somam aos livros didáticos, literários e aos textos escritos em geral. A formação de leitores depende da força de vontade, isto é, a aguçada curiosidade que move o leitor em busca de seu objeto ao ser construído socialmente.

Por fim, é importante considerarmos que a mediação possibilita reflexão sobre as ideias que nos trazem significações de convívio social ou uma expressão que nos seja própria. Aqui cabe o estímulo à criatividade, a leitura da literatura nos ajuda a receber a vida por meio das tipificações de “leitor ideal” que nasce dessa união que depende de condições favoráveis, de incentivo e, principalmente, de nosso trabalho diário.

Para uma mediação eficaz, o coordenador pedagógico deve ter bagagem e ao mesmo tempo conhecimento para dar ao aluno. Esse profissional tem o papel de mediar a leitura e a produção como processo de alfabetização e letramento dos alunos, mas aqui tratamos somente de mediação da leitura. Ele deve ser mediador de leitura que apresente histórias e poesias de forma descontraída.

O trabalho é importante porque visa ao estímulo do gosto pela leitura de forma prazerosa e livre de obrigações. A figura do coordenador-pedagógico é desenvolver a formação do leitor crítico nas diversas formas de manifestações culturais, além de estimulá-los a desenvolver habilidades de raciocínio, espírito crítico e análise, objetivando sempre desenvolver a leitura por meio da mediação, dando ao leitor a capacidade de formar opiniões próprias e de desenvolver a imaginação do aluno para o raciocínio lógico interpretativo e de compreensão.

Portanto, acreditamos que a aula de reforço aplicada pelo coordenador-pedagógico com atividade em sala de aula, numa perspectiva mediadora, possibilita uma análise crítica e profunda das questões interventivas ao longo do tempo, o que contribuiu para a ampliação dos

espaços da promoção humana no saber escolar no Brasil; e, no aluno, a sua autonomia para a pesquisa e estudos escolares.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. C. As primeiras manifestações da língua portuguesa: políticas de línguas nacionais. In SALEM, Khalil (Org.). *Linguagens em mosaico: da teoria linguística ao prisma literário*. São Paulo: Fiuza, 2012. (Coletânea Acadêmica de Estudos em Letras e Educação – CAELE; 7), pp. 35-44.

ANTUNES, C. C. O caso de concordância na “grammatica historica da lingua portugueza”, de M. Said Ali. *VERBUM – Cadernos de Pós-Graduação*, n. 2, 2012, pp. 72-88.

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Scipione, 2009.

COLOMER, Teresa e CAMPS, Anna. *Ensinar a ler. Ensinar a compreender*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FREIRE, Paulo. *O menino que lia o mundo: uma história de pessoas, de letras e de palavras*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

GERALDI, João Wanderley. *A aula como acontecimento*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. 208p.

KRAMER, Sonia. *Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso*. São Paulo: Ática, 2010.

MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. 3ª. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

PETIT, Michèle. *Os jovens e a leitura. Uma nova perspectiva*. São Paulo: Editora 34, 2008.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e Interação*. Uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. 5ª Ed., São Paulo: Cortez, 2000.

ABSTRACT

This paper presents the development of attitudes and practices favor the formation of assiduous readers from didactic procedures creative, enticing students to the different possibilities of reading and creating texts, from conceptions of tuition and relationship coordinator teaching. It's encouraging reading works that enable students to meet with different literary genres and writing, especially when it comes to reading to enjoy flowing

learn and create. Concludes that the tuition charged by coordinator with pedagogical activity in the classroom, perspective mediator contributed to learner autonomy for research and educational studies.

Key words: Portuguese Language. Tuition. Mediation. Reading. Teacher pedagogical coordinator.

Envio: Abril/2013

Aprovado para publicação: Maio/2013

VERBUM